



Presidente **p.4**

Devolver o Porto ao que tem de melhor: as pessoas



PSD **p.6**

Portugal permanece adiado

POVO LIVRE



n.º 1964

12 de abril de 2017

Diretor: Miguel Santos
Periodicidade Semanal - Registo na ERC
n.º 105690 - Propriedade: PSD

“O PORTO ESTÁ PARADO”



Pedro Passos Coelho esteve na apresentação da candidatura de Álvaro Almeida à câmara municipal do Porto



Apresentação da candidatura de Álvaro Almeida à câmara municipal do Porto

“O Porto está parado”

Durante a apresentação da candidatura de Álvaro Almeida à câmara municipal do Porto, dia 8, Pedro Passos Coelho afirmou que, à semelhança do que se passa na cidade, Portugal está parado desde que o atual Executivo tomou posse. “Vive-se da herança que foi recebida e do adiamento”, disse o presidente do PSD. “Gere-se a conjuntura e não é assim que se constrói o futuro. Se ambicionamos algo para futuro, é preciso fazer mais do que administrar o que se herda. É preciso atuar, criar um dinamismo próprio que nos possa permitir sonhar mais alto e atingir metas mais ambiciosas. Se gerirmos a circunstância, o que vai acontecer é o definhamento. É preciso uma dinâmica própria em que as pessoas estejam no centro da ação política. São precisas lideranças de futuro e não lideranças que gastem o que se herda.”

O líder social-democrata afirmou que o PSD, como partido com o processo autárquico mais adiantado, está muito bem preparado para as eleições de 1 de outubro, tendo sempre presente que está a trabalhar para servir as pessoas, que estão no centro da ação política.

Foi perante casa cheia que Pedro Passos Coelho afirmou que todos podem contar “com a maior união e coesão, do Partido e do eleitorado, para fazer das eleições um momento que mostre o quão grande é o PSD”.

O líder da oposição dirigia-se assim aos que, no





debate público, dão a entender que o PSD parte em desvantagem para as eleições. “O PSD está sempre no centro das avaliações e muitas vezes cria-se a ideia de que estas são um obstáculo intransponível. É como se estivesse decidido que vamos perder. Não sei se esta abordagem corresponde a uma intenção de desmobilizar, mas aos que estão a prestar o serviço de baixar as expectativas, gostava de dizer que somos da raça que nunca nos deixamos desmobilizar mesmo quando nos pintam o retrato de forma mais adversa à escala nacional”.

Pedro Passos Coelho não deixou de sublinhar que “um grande partido como o PSD nunca se demitiria de disputar uma Câmara tão importante quanto esta. Vai uma grande diferença entre candidatar uma personalidade independente ou desistir de candidatar para apoiar um independente.”



Álvaro Almeida em entrevista

Devolver o Porto ao que tem de melhor: as pessoas



“A cidade está paralisada”, afirma Álvaro Almeida, candidato pelo PSD à presidência da câmara municipal do Porto. O professor de Economia olha para o mandato do atual executivo como “quatro anos perdidos”, que eram “fundamentais para garantir que o futuro da cidade e dos portuenses” fosse melhor.

Para o candidato, o Porto é “uma cidade fantástica”, mas precisa de ver resolvidos alguns problemas. “Perdemos cerca de 3.500 habitantes em idade ativa por ano”, porque não encontram emprego e habitação acessível no Porto, aponta. Assim, é preciso “atrair grandes empresas para a cidade” e devolver o Porto ao que tem de mais genuíno: as pessoas.

Movido pelo mote “Porto Autêntico”, Álvaro Almeida, de 52 anos, quer “criar um Porto para as famílias, onde seja agradável viver”. Independente, o candidato apoiado pelo PSD acredita que a cidade precisa de mais do que uma estratégia focada no Marketing e na imagem. É uma atuação camarária “focada nas pessoas” que irá levar para o Porto, quando vencer as eleições autárquicas de 2017.

Que retrato faz hoje da cidade do Porto?

A cidade está paralisada porque este executivo não é capaz de tomar decisões, até pela forma como foi construído – uma coligação contranatura. E essa incapacidade de avançar tem feito com que o Porto perdesse três anos. Já vai para quatro anos perdidos que são fundamentais para garantir que o futuro da cidade e dos portuenses é melhor do que o que temos hoje.

Apesar de ser uma cidade fantástica, podia ser melhor nalguns aspetos e é nesses que temos de trabalhar.

Temos um problema no País, mas que é particularmente grave na cidade do Porto, que é um problema de perda de população. No caso do Porto, perdemos cerca de 3.500 habitantes em idade ativa, por ano. Em grande parte, pensamos nós, porque essas pessoas não encontram, na cidade do Porto, emprego que lhes permita continuar a viver naquela que era a sua cidade. É a criação de emprego que nos preocupa, uma das grandes áreas que nos preocupam.

Para isso, temos como projeto atrair sedes de grandes empresas para a cidade. Voltar a fazer do Porto aquilo

que era há 20/30 anos. O Porto era um centro de serviços e de grandes empresas. E temos de retomar essa tradição, diversificando a atividade económica. O turismo é importante e uma parte fundamental da atividade do Porto, mas não pode ser a única. Temos de ter outras fontes de crescimento. É essa a nossa preocupação – criar condições. E a câmara tem capacidade para facilitar a atração de empresas para a cidade, que criem empregos qualificados e que permitam aos jovens do Porto – aquela que é a geração mais bem qualificada – que possam ficar no Porto e não tenham de sair da sua cidade.



Todos os cidadãos do Porto conhecem os problemas do trânsito. O trânsito no Porto está cada vez pior. O número de horas que se perde em congestionamentos é cada vez maior. Mas não é único problema da cidade.

Temos uma cidade em que a insegurança aumentou. Os crimes contra o património têm vindo a aumentar e mesmo em termos económicos, apesar de ter havido um crescimento do turismo, esse crescimento não foi suficiente para permitir um crescimento do emprego na cidade do Porto em linha com o resto do país.

Temos nessas três áreas problemas sérios e no resto, com eventualmente exceção da animação e da cultura, a cidade praticamente não evoluiu nestes três anos. Não há nenhuma obra digna de registo. E é esse atraso, todo esse imobilismo que temos de ultrapassar rapidamente.

Quais as prioridades que sinalizou?

O nosso projeto para a cidade do Porto tem uma prioridade e dois eixos de suporte. A prioridade é criar um Porto para as famílias, um Porto onde seja agradável viver. E para criar esse Porto para as famílias, temos de atuar nas infraestruturas de apoio às várias gerações. À geração dos mais velhos, à dos mais jovens e à da população ativa.

Para a geração dos mais velhos, temos que criar condições para que os mais velhos não se isolem e mantenham uma vida socialmente ativa. Que lhes permita sair de casa e conviver sem estarem limitados pelas suas características próprias da idade. O que é que uma câmara pode fazer nesse sentido? Pode atuar na área da mobilidade, na área da segurança, na área das infraestruturas sociais, na área da saúde e na área do apoio domiciliário. Atuando nessas cinco áreas conseguiremos criar condições para que os mais velhos tenham a tal vida socialmente ativa.

No domínio da infância e da juventude, temos que criar infraestruturas desportivas, sociais, culturais, que permitam aos jovens crescer de uma forma saudável e com ambição para o futuro.

No domínio dos jovens adultos, temos que criar condições para reter os filhos do Porto, para que os jovens que nasceram e cresceram no Porto não sejam obrigados a sair do Porto quando saem de casa dos pais. E para isso temos de criar condições para uma habitação que eles consigam pagar, para eles terem um emprego que lhes permita continuar a trabalhar na cidade do Porto.

Os eixos de suporte são uma economia diversificada que não dependa só do turismo e de uma afirmação do Porto na região que permita que as grandes empresas, que no passado foram a base económica da cidade, voltem ao Porto e sirvam de base para este crescimento económico que é essencial para a cidade.

Que compromisso assume para com os cidadãos?

Aquilo que vai orientar a câmara do Porto todos os dias é a preocupação com aquilo que é genuíno na cidade do Porto, nomeadamente com as pessoas, com a atividade económica que sempre fez do Porto aquilo que ele é hoje. E não a preocupação com a imagem, com o Marketing, com a fachada... Que pode ser útil como instrumento, mas não pode ser uma prioridade e um objetivo.

O Porto são os portuenses. Sempre foi uma cidade que, há muitos séculos, se caracterizou por ter uma dinâmica própria, uma forma de estar diferente do resto do País. Essa forma de estar diferente é-lhe dada pelas pessoas que cá vivem, pelos portuenses. Esses portuenses que fazem do Porto aquilo que é hoje, o tal Porto autêntico, é que tem de ser a prioridade absoluta da atuação da Câmara Municipal.

A atual Câmara beneficia de uma imagem positiva junto da comunicação social porque apostou exatamente na imagem e no Marketing. E aquilo que nós vamos



fazer, nos próximos seis meses, é conversar com todos os portuenses para lhes mostrar que o nosso projeto é, de facto, aquilo de que o Porto precisa. Para lhes mostrar que somos capazes de melhorar a qualidade de vida da cidade. E, com esse contacto direto, conseguir vencer as próximas eleições

Como levará para a autarquia um dos desafios do próximo ciclo autárquico, a coesão do território?

Em primeiro lugar, através de uma atuação da câmara que esteja focada nas pessoas. Depois, com a realização de projetos que visam melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. E, sobretudo, melhorar a integração social de todos.

Temos de criar condições para que não haja idosos isolados, fechados nas suas casas. Essas pessoas têm que ter condições para viver uma vida socialmente ativa. E as infraestruturas da cidade têm de estar preparadas para os receber.

Temos de criar condições para que as crianças que nascem, independentemente do sítio da cidade onde nascem, não se sentem excluídas, mas integradas e, portanto, tenham capacidade para vir a ser aquilo que quiserem ser. Têm que poder ter essa ambição. Não podemos ter jovens do Porto que se sintam excluídos por terem nascido numa zona da cidade que não é mais favorável. Temos que eliminar essas barreiras, integrar os idosos e os jovens.

Para isso é preciso um tecido social e uma intervenção

social que tem que ser a preocupação da Câmara a que eu vou presidir.

Qual a marca da sua candidatura?

Nós privilegiamos o Porto autêntico, o Porto real, não o Porto da imagem, não o Porto do Marketing e das fotografias para turista ver. Queremos focalizar-nos, sobretudo, nas pessoas. Essa é a primeira marca.

A segunda marca é uma Câmara que seja eficaz, que seja competente e que resolva os problemas dos cidadãos. Coisa que esta Câmara não tem feito, que não resolve e é imobilista. Quando gerirmos a Câmara do Porto, vamos torná-la mais rápida a responder e a resolver os problemas dos cidadãos.

Em terceiro lugar, temos uma candidatura que apesar de ser ligada a um partido político, não temos problemas nenhuns em assumi-lo, contrariamente a Rui Moreira, que supostamente aparece como independente, mas como um independente apoiado por partidos políticos. E vamos ver depois, quando as listas forem apresentadas, se não terá nas listas mais elementos partidários do que a própria candidatura do PSD.

Além disso, esta candidatura é uma candidatura em que o único interesse são os cidadãos do Porto. O único interesse é criar uma cidade que seja melhor para os meus filhos e os filhos dos portuenses.

Eu não tenho nenhum interesse económico na cidade. O único interesse é contribuir para o bem-estar dos meus concidadãos.

No meu caso, sou um independente mas, de uma forma transparente, assumo com orgulho o apoio do PSD.

LEVAR PORTUGAL A SÉRIC



Pedro Passos Coelho em Vila Real

Portugal permanece adiado

Portugal precisa de uma “estratégia nacional que não oculte os problemas, que não crie ilusionismo sobre o que vivemos e que possa responder aos nossos problemas”. Num encontro nacional de estudantes social-democratas, em Vila Real, domingo, 9 de abril, Pedro Passos Coelho defendeu que é preciso saber se fizemos as mudanças estruturais necessárias. “Não fizemos tudo, mas fizemos muito por evoluir. Não estou a falar das políticas de austeridade, que é o que sobra quando não há dinheiro. O PS foi um dos agentes da austeridade do país e sabem que a austeridade deve ser removida à medida das possibilidades e condições económicas. Ninguém gosta de cortar rendimento seja a quem for”, afirmou.

Atualmente, a nova geração “tem de pagar uma dívida imensa, por causa daqueles que acharam que tinham de ter mais, mesmo quando não tinham dinheiro para o fazer. Transferiram para o futuro o custo e o pagamento do que anteciparam para isso. A geração mais nova está confrontada com este drama. Os privilégios de uns correspondem hoje a um ónus muito grande que os mais novos terão de suportar durante muitos anos. Precisamos de uma sociedade aberta, com dinamismo, que possa premiar os que acrescentam valor. Mas precisamos de mais poupança, de ter capital que hoje não temos, empresas que possam produzir riqueza para podermos pagar o que devemos e investir no futuro. E hoje não temos isso”, assinalou.



“Se queremos ter mais rendimentos e salários, temos de saber gerar um rendimento que nos permita aceder a esses bens e serviços. Toda a gente quer uma vida melhor, e isso depende das políticas que conseguimos por em prática para esses objetivos. Um país só pode ser mais próspero e mais equitativo se souber ser cosmopolita e se abrir ao mundo. Se souber confrontar as situações de privilégio, será produtivo e inovador”,

defendeu Pedro Passos Coelho, insistindo que “temos de deixar de crescer menos do que é preciso”. Só com base numa estratégia nacional, que não existe na atual maioria, Portugal pode ter futuro.

“Este Governo tem um único cimento: repor rendimentos e reverter. Nós já tínhamos começado a repor rendimentos, mas a um ritmo que não punha em causa



o que alcançámos. Porque é que tomaram a decisão de reverter reformas estruturais? Se hoje há emprego e ser criado e desemprego a crescer, isso ainda se deve a muitas dessas reformas. Lembrem-se de alguma reforma que este Governo tenha feito? Zero. Mas foram removidas algumas reformas importantes”, acusou o líder da oposição.

Reversões da maioria põem em causa o sucesso educativo

Durante o governo liderado pelo PSD, foram feitas reformas importantes em áreas como a educação. Essas reformas foram feitas “para que tivéssemos, no futuro, mais produtividade, mais exigência, mais qualidade do ensino, mais disciplina, com metas claras de aprendizagem. Isto são reformas muito importantes a pensar na criação e distribuição de valores”, disse Pedro Passos Coelho, referindo-se ao salto qualitativo extraordinário que foi dado, e reconhecido pelo PISA e pelo TIMMS. “Somos dos países que deu o salto qualitativo mais impressionante nos últimos anos”, apontou o líder social-democrata.

“Mas a atual maioria pôs fim a tudo ainda antes de fazer a avaliação, por puro preconceito, e isso pode ter posto em causa o nosso sucesso educativo. Com as reversões, criaremos menos valor, seremos menos bem-sucedidos. Porque é que esta regressão foi feita?”, questionou.

Pedro Passos Coelho afirmou que “os governos devem governar para o país, não apenas para os seus eleitores nem para os militantes dos seus partidos. Os países não podem ficar capturados por um governo ou maioria. Cada governo deve acrescentar alguma coisa ao que recebeu em termos de bem-estar”. Mas, tal como afirma, este “Governo não constrói para futuro, vive do que recebeu. E não aceita críticas. Como se em democracia houvesse quem tem legitimidade para falar e quem não tem. Todos somos portugueses e todos podemos ter a nossa opinião.”

Perdão da dívida feito pelo Governo no Novo Banco tem custos para os contribuintes

“Há quem não aprenda nada com os erros e com a história. Temos de estar focados no essencial, e isso é confrontar as causas do nosso atraso e procurar resolvê-lo”, afirmou Pedro Passos Coelho.

“Dissemos, em 2014, quando foi criado o Fundo de

Resolução para o Novo Banco, que os contribuintes não iriam diretamente sofrer nenhuma penalização. Hoje sabemos que irão pagar entre 800 a, eventualmente, 1500 milhões de euros, por causa dívida que o sistema bancário tem ao Fundo de Resolução e este tem ao Estado. Porquê? Porque o Governo fez um perdão ao sistema bancário dessa dívida, e não deu explicações sobre isto. O Estado vai perder quase metade do que lá pôs”, referiu Pedro Passos Coelho.

O atual Governo não gosta de dar as más notícias, mas “deviam envergonhar-se destas más notícias”. Os bancos não podem deixar de pagar o que devem. Porque é que só vão pagar ao fim de trinta anos? O que dizem o BE, o PCP e o PS? Nada. “Sobre o Novo Banco dizem que não estão de acordo, mas porque sabem que não têm de votar. Fazem um projeto de resolução, que é o mesmo que nada. Mas eles têm culpa, porque são eles que apoiam o Governo”, acusou.

“O Governo vive do compromisso mínimo entre os partidos, que consideram pouco relevante o que é fundamental na sociedade, como a pertença ao Euro e à União Europeia. O mesmo com a banca. O que é fundamental para a generalidade dos portugueses é acessório para os que fazem parte da maioria”, denunciou o líder da oposição.

Portugal precisa de instituições fortes e independentes

“Quando as opiniões são diferentes, a maioria faz retaliação, o que é um retrocesso democrático”, acusou o líder da oposição.

Pedro Passos Coelho referia-se ao exemplo do que está a acontecer no Conselho de Finanças Públicas, que existe porque foi uma exigência sua feita em 2010. O

líder do PSD exigiu a sua criação porque era necessária uma autoridade independente sobre as contas públicas, e que auferisse as intenções orçamentais. Na altura, pediu também que se fizesse uma avaliação do custo de todas as PP, que representavam encargos de mais de 20% do PIB para os contribuintes. “Nunca precisámos da troika para saber o que precisávamos de escolher para o futuro do país”, disse.

Mas, atualmente, “temos instituições independentes que não são respeitadas. Como é o caso do Conselho de Finanças Públicas. Se queremos instituições fortes temos de saber respeitar a sua independência. Quando fui primeiro-ministro nomeei, nomeei quem o Governador do Banco de Portugal e o presidente do Tribunal de Contas propuseram. O Governo, como não gostou da apreciação das contas públicas feitas pelo CFP, rejeitou e não justificou, e assim estamos”. Agora, é esperar que apareça alguém que lhes agrade.

“É preciso combater a ilusão que se está a criar que os problemas estão resolvidos. Preferem a ficção de que isto só aconteceu porque fomos governados por alguém da má fé, e acham que as pessoas aceitam estes argumentos”, afirmou.

Na verdade, Portugal permanece adiado: “vínhamos com uma recuperação económica que desacelerou. Dizem que a economia só começou a crescer agora. É mentira. Os resultados estavam em marcha e com muito vigor. Agora que perdemos um ano, talvez possam crescer mais”, disse o presidente do PSD.

No dia 8 de abril, Pedro Passos Coelho presidiu também à cerimónia de apresentação do candidato do PSD, António Augusto Marques Araújo, Domingos à câmara municipal de Sabrosa, onde exerce atualmente as funções vereador.





José Matos Rosa no Congresso Distrital da JSD de Aveiro

O secretário-geral do Partido Social Democrata José Matos Rosa esteve na sessão de encerramento do Congresso Distrital da JSD de Aveiro, sábado, 8 de abril de 2017.



Governo foge à discussão nas progressões de carreiras

A deputada social-democrata Carla Barros confrontou o ministro das Finanças com o aumento das despesas com pessoal na Função Pública e recordou os alertas recentes da Unidade Técnica de Apoio Orçamental (UTA), advertindo que estas estão a ser superiores ao previsto no Orçamento.

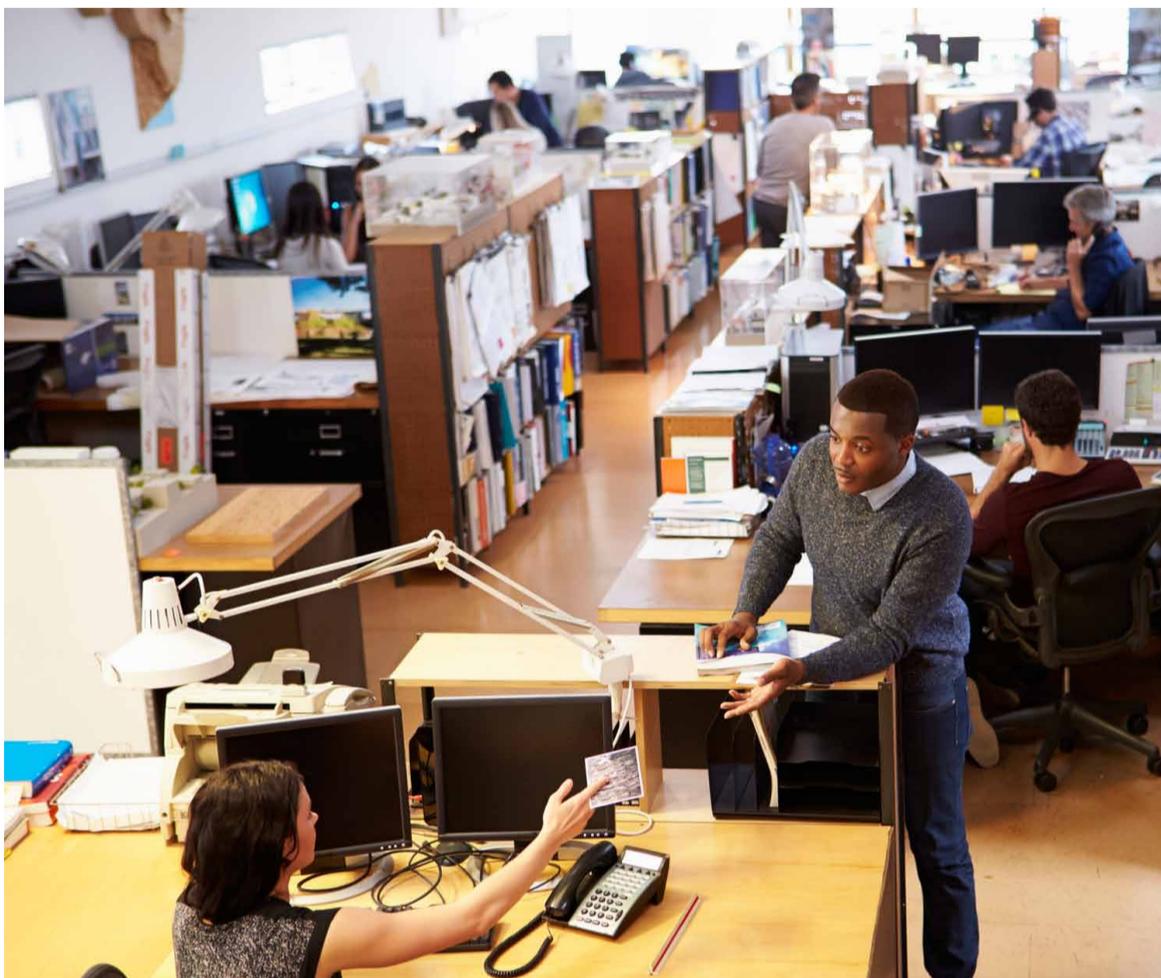
O ministro das Finanças não quis comentar o descontrolo nos números.

O mesmo se passou com a integração dos trabalhadores precários na função pública. À pergunta se irá abrir caminho ao pagamento de retroativos, os deputados não tiveram resposta. “Como acontecerá o descongelamento das carreiras e das progressões e o combate à precariedade? O que significa o gradualismo no descongelamento? Vai ser para todos ou para alguns? O Estado vai pagar retroativos?”, questionou Carla Barros.

Na audição desta quarta-feira, na Comissão de Trabalho e Segurança Social, o PSD lamentou que o Ministério das Finanças opte por “silenciar o diálogo social”. “Os sindicatos não estão a ser envolvidos neste processo”, acusou Carla Barros. Para o PSD, não tem havido uma efetiva negociação com os parceiros sindicais. Tem-se assistido, sim, a uma farsa de diálogo.

Uma crítica dirigida também a um dos partidos que suporta o Governo: “o PCP é um grande defensor dos sindicatos, mas não é de todos os sindicatos. O PCP é um grande defensor dos trabalhadores, mas não é de todos os trabalhadores”.

A UTAO lembra que as despesas de pessoal aumentaram 3,6% até fevereiro em relação ao mesmo período do ano passado. O Orçamento do Estado de 2017 prevê um montante total de despesa com pessoal de 19.798 milhões de euros, o que corresponde a uma taxa de variação homóloga de 0,9%, quando comparado com a execução provisória de 2016.



Acompanhe-nos no dia-a-dia...

PSD TV



**Conferências de Imprensa,
Transmissões em direto,
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade
do PSD**



**Noticiário semanal todas
as sextas-feiras**

Esquerda “boicota a verdade” sobre custos da venda do Novo Banco

Na reunião de uma comissão parlamentar, depois de votado e aprovado o pedido do PSD para que a UTAO apure os custos da renegociação das condições do empréstimo do Estado ao Fundo de Resolução (contraído em agosto de 2014), as “esquerdas juntaram-se e anularam a aprovação, abusando das regras regimentais e violentando a democracia parlamentar”, denunciou António Leitão Amaro. A maioria de esquerda demonstrou, mais uma vez, o desinteresse em apurar a verdade, no que diz respeito aos custos para contribuintes, sobre a venda (parcial) do Novo Banco.

“Depois do PCP e BE terem votado para que a UTAO avaliasse o perdão, voltaram onde nos últimos meses têm estado, junto do PS, usando uma espécie de rolo compressor da maioria, fazendo viver a claustrofobia democrática, mas que é um sinal de doença parlamentar”, criticou o vice-presidente da bancada social-democrata, acusando ainda o PS de “querer impedir que os portugueses saibam o valor do perdão parcial de dívida”.

“Como é que os partidos de esquerda, abusando da sua maioria, reverteram aprovações já feitas e fazem-no em prejuízo do conhecimento cabal pelos portugueses da dimensão do valor do perdão de dívida que o Governo fez aos bancos?”, questionou.

BE, PC e PS reestruturaram a dívida aos banqueiros

O PSD acusou, dia 5, o BE, PCP, PS e Governo de serem os responsáveis pela “má venda” do Novo Banco (NB) e pelo perdão da dívida aos bancos efetuado em Março.

“Deviam assumir essa responsabilidade”, salientou António Leitão Amaro. O BE e o PCP “são partidos do governo, não oposição”, lembrou o vice-presidente do grupo parlamentar do PSD. Os partidos de esquerda “fazem folclore de conversa porque não têm decidir” e, segundo o deputado, apresentam projetos de resolução que são, somente, “conversa para distrair”.

António Leitão Amaro não poupou críticas aos partidos que sustentam o governo. “Desengajem-se, esta venda e este perdão só existem por decisão do Governo e este Governo só tomou esta decisão porque, em cada semana, BE, PS e PCP se juntam no seu acordo”. Afirmou ainda que “são todos, e todos sem exceção, BE, PCP, PS e GOV, responsáveis pelo mau negócio e pelo perdão”.

A maioria parlamentar decide e “quem é que paga?”, pergunta o social-democrata. “Os contribuintes.”, responde, acusando “estas esquerdas que tanto defenderam a reestruturação da dívida em benefício dos contribuintes” de facilitarem “a vida dos bancos, prejudicando os contribuintes”.

Dois maus negócios: à venda parcial e com garantias acresce o perdão da dívida

O PSD defende que, em relação ao Novo Banco, “o Estado, com o governo de todas as esquerdas, fez dois maus negócios”. De acordo com António Leitão Amaro, foi “mau na venda parcial e com garantias” e “péssimo no perdão da dívida que o governo das esquerdas fez aos bancos à custa de todos os contribuintes”.

Apesar de ser preferível a venda à nacionalização



ou liquidação, o PSD não aceita um mau negócio, pois trata-se de uma situação resolver, na medida em que permanece “indefinidamente uma porção de 25%, e Fundo de Resolução e Estado ficam, pelo menos, mais oito anos amarrados na responsabilidade, agora assumida de cobrir perdas e capital”.

António Leitão Amaro perguntou porque é que o Estado aceitou o pedido da Lone Star em que o Estado permanecesse no capital do banco. “Lá por o comprador querer, porque é que o Estado teve de aceitar?”, questionou para, logo, responder: “é para satisfazer o comprador, assumindo, afinal, o Estado mais riscos”. Mas acrescentou: “ou é o resultado da geringonça? Porque o Governo, afinal, desconfia da idoneidade do comprador que os parceiros da esquerda, ainda agora, chamam de fundo abutre”.

Palavra desonrada supera palavra dada

O deputado social-democrata continuou a enumerar as razões pelas quais este é um “mau

negócio”. Referiu-se aos cortes de pessoal e ao fecho de balcões, assim como ao facto de estar dependente “de uma aceitação forçada de perdas obrigacionistas”. Disse mais: “à palavra dada, de não envolver mais dinheiro dos contribuintes nem garantias públicas, sucedeu a palavra desonrada pelo Governo que aceitou financiar, com dinheiro dos contribuintes, a garantia de 3.900 milhões de euros dada ao comprador”.

Tal como o PSD tem alertado, estão envolvidos “dinheiro e esforço dos contribuintes”, “mas os senhores continuam a esconder os termos e os custos desse esforço”, afirmou, denunciando que “hoje todos [os partidos que apoiam o Executivo] se juntaram para impedir que a UTAO calculasse o perdão parcial da dívida”. Para os social-democratas, não está em causa a renegociação do empréstimo do Estado, “o problema está nas péssimas condições com que os contribuintes ficaram”, depois de ter sido dado aos bancos “um perdão de tamanha dimensão”. O valor que vai regressar ao Estado será, assim, “muito inferior ao que emprestou”.

Onde está o Plano de Ação para proteger os idosos?

Mais de 28 mil pessoas idosas vivem sozinhas, de acordo com os dados divulgados pela GNR integrados nos Censos Sénior 2017. O PSD quer saber que “medidas está o Governo a tomar para prestar a assistência e a proteção devida a estas pessoas”, pelo que enviou uma carta urgente ao ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para esclarecimentos.

Em 2016, entre idosos que vivem sozinhos ou em locais isolados há 45.561. A estatística desfila os números: destas mais de quatro dezenas de milhares de idosos, 28.279 vivem sozinhos, 5.124 residem em locais isolados, 3.521 vivem sozinhos e isolados, e 8.592 vivem acompanhados, mas “em situação de vulnerabilidade fruto de limitações físicas ou psicológicas”.

Teresa Morais, vice-presidente do PSD, afirma que “há cerca de três meses, o PS, e os demais partidos que apoiam o Governo, rejeitaram um conjunto de iniciativas legislativas do PSD, entre as quais se propunham diversas medidas setoriais integradas num Plano Nacional de Ação, com o objetivo de dotar o país de políticas públicas adequadas a uma melhor proteção e promoção dos direitos das pessoas idosas em diversos domínios”.

Na altura, o chumbo da maioria de esquerda foi justificado por o Governo já ter, em preparação, medidas com o mesmo objetivo, mas passados três meses não se conhece qualquer nova estratégia ou medida destinadas à proteção e promoção dos direitos destas pessoas, lembra o PSD na carta enviada ao governo.

Agora, o PSD quer saber que medidas tem o Governo em aplicação para responder às mais de 45 mil pessoas idosas que vivem sozinhas ou em situação de isolamento. Que medidas tem o Governo previstas relativamente às pessoas idosas em situação de especial vulnerabilidade, e qual o ponto de situação da suposta



estratégia nacional que estaria em preparação relativamente às diversas dimensões do envelhecimento, e em especial, quanto à proteção e promoção dos direitos das pessoas idosas?

A missiva do PSD foi enviada para o ministro Vieira da Silva, mas as mesmas questões serão reencaminhadas para os responsáveis de mais três tutelas: Saúde, Justiça e Administração Interna.

Governo compromete a segurança do território

A ministra da Administração Interna deve prestar esclarecimentos sobre o encerramento no período pós-laboral e noturno do Centro de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA) de Vilar Formoso. Em causa, está a segurança interna de Portugal.

Pode estar “comprometida a segurança interna do País relativamente à deteção e acompanhamento em tempo real de atividades ilícitas, criminais e até terroristas que ocorrem no eixo que passa pela fronteira de maior movimento entre Portugal e Espanha”.

Carlos Peixoto e Ângela Guerra, deputados do PSD, tiveram conhecimento que existe a possibilidade de Portugal e Espanha manterem em “regime normal” de funcionamento apenas um dos cinco CCPA existentes na linha de fronteira.

“O Governo fala de coesão territorial, ainda que envergonhadamente, e faz o seu contrário, preparando-se para encerrar no período pós-laboral e noturno mais um serviço no Interior do País”, criticou o deputado Carlos Peixoto.

Para o PSD, o encerramento no período pós-laboral e noturno do CCPA de Vilar Formoso/Fuentes de Onoro, aquele com mais atividade tem no país, “além de implicar uma redução do pessoal a prestar serviço, consubstancia mais um encerramento, ainda que parcial, de um serviço no interior do país e, em especial, no concelho de Almeida”, no distrito da Guarda.

“Não é a segurança interna que importa, não é o desemprego com a diminuição do número de efetivos que interessa, não é o combate à criminalidade transnacional e ao terrorismo em tempo real que predomina. O que mais ordena parece ser o controlo do défice à custa do sacrifício inoportuno de serviços essenciais ao nosso bem-estar coletivo, como a saúde, a educação e, agora, também a resposta eficaz a atentados contra a segurança das pessoas e o equilíbrio do território”, sublinhou Carlos Peixoto.

Os deputados alertam que “a segurança nacional e muito em particular a que é assegurada no eixo transfronteiriço de maior intensidade e atividade não se compadece com horários de encerramento noturno, curiosamente aqueles onde o maior número de ocorrências se verifica e com maior gravidade”.



Municípios impossibilitados de concorrer à reabilitação de bairros sociais

António Costa anunciou, em fevereiro, o programa de reabilitação de bairros sociais que, no âmbito do Portugal 2020, visa sobretudo a eficiência energética. Mas, na verdade, “o aviso de abertura da candidatura exclui todas as empresas municipais”, denunciou Emília Santos, deputada do PSD, em audição com o ministro Adjunto.

“É uma questão que preocupa o País”, alertou. A social-democrata manifestou, assim, a preocupação de muitos autarcas, cujos municípios se vêem impossibilitados de apresentar candidatura aos 82 milhões de euros de investimento base. Deu como exemplo Gaia que, com cerca de 3 mil fogos, e Maia, com cerca de 2500 fogos, “ficam excluídas do concurso”.

O PSD defende que “se faça justiça”, pelo que solicitou ao Governo que esteja “disponível para autorizar a alteração do aviso, por forma a viabilizar estas candidaturas”. Uma vez que o prazo limite de apresentação de propostas termina em 15 de abril, os social-democratas perguntam ao Executivo “se está disponível para a prorrogação do prazo, de forma a que estes municípios, que se viram impedidos de preparar as suas candidaturas, o possam fazer também, atempadamente”.

Há municípios em que a gestão, manutenção e requalificação dos bairros estão sob o encargo de empresas municipais, estando por isso impossibilitados de concorrer, na sequência de um aviso que apenas aceitar candidaturas de câmaras ao programa de reabilitação.



Carlos Coelho nomeado relator do Sistema de Informação Schengen

Carlos Coelho vai liderar a reforma do Sistema de Informação Schengen (SIS), a maior base de dados europeia para controlo de fronteiras e combate ao crime. Carlos Coelho sublinhou a inegável importância do SIS para a segurança dos nossos cidadãos. “Veja-se o caso português: só em 2016, mais de 400 pessoas foram impedidas de entrar em Portugal por terem alertas no sistema”.

O deputado do PSD lembrou também que “precisamos de mais cooperação e melhor informação para respondermos aos novos desafios que se colocam à nossa segurança, como os jihadistas europeus recrutados pelo Estado Islâmico. Portugal, como recentemente identificou o Conselho de Segurança Interna, pode ter um risco acrescido aqui. Vai ser possível encontrar suspeitos de crime utilizando apenas impressões digitais ou, em casos limite, ADN”.

O eurodeputado concluiu lançando um aviso: “Em vez de falarmos tanto em novos sistemas, altamente custosos, de discutível mais-valia e que só na próxima década poderão estar a funcionar, temos de nos centrar no SIS, o maior, mais usado e melhor implementado sistema de informação da União e que já contribuiu hoje para mais segurança”.



PSD propõe acesso mais fácil dos jovens à habitação



Melhor e mais fácil acesso à habitação, com o “Porta 65” Jovem. Nas propostas estão o alargamento da idade de candidatura e a majoração no apoio. Com o “associativismo”, incluindo isenção de taxas e vantagens fiscais, o PSD apresentou, hoje, dois projetos de lei no Parlamento dedicados aos jovens.

Os deputados do PSD apresentaram um projeto de lei relativo ao programa Porta 65 Jovem, com o objetivo de “garantir uma resposta mais eficaz e eficiente às necessidades dos jovens portugueses”. Bruno Coimbra, deputado do PSD, recordou o projeto de resolução apresentado em junho de 2016, em que se propunha algumas alterações ao Porta 65 Jovem, nomeadamente: “o alargamento da idade limite de candidatura até aos 35 anos; a majoração do apoio para jovens (ou casais jovens) com dependentes a cargo; a abertura dos períodos de candidatura a 12 vezes por ano; o aumento da dotação do programa, para que nenhum jovem, que cumpra as condições de acesso ao mesmo, seja excluído”.

Bruno Coimbra lembrou que, após a referida apresentação, “surgiram várias notícias na imprensa com declarações de deputados dos partidos que suportam o Governo, concordando com parte das nossas propostas e dando nota de um acordo para um Orçamento de Estado de 2017 que contemplava já um Porta 65 com reforço de verbas e aberto até aos 35 anos”.

Jovens dos 30 aos 35 anos foram excluídos do programa

Contudo, denuncia Bruno Coimbra, “os anúncios na imprensa rapidamente foram desmentidos por avisos no Portal da Habitação deixando do lado de fora da porta os jovens entre os 30 e os 35 anos”. Acusou, ainda, os secretários de Estado Adjunto e Ambiente, assim como de Juventude e Desporto de, desde Setembro último, entrarem em contradições: as declarações oscilam entre pequenos aumentos de dotação e a negação dos mesmos.

Considerando as contradições do atual Executivo, o PSD apresenta um projeto de lei “que permite avançar concretamente nas questões da idade e da correspondente dotação financeira deste programa”, explicou Bruno Coimbra, destacando que o PSD entende que “o acesso à habitação tem enorme relevância na emancipação dos jovens e na construção de um projeto de vida”.

Melhorias à lei do associativismo jovem

O PSD apresentou, ainda, um projeto de lei que visa a alteração do regime jurídico do associativismo jovem. Margarida Balseiro Lopes, deputada e secretária-geral da JSD, recordou a Constituição Portuguesa que indica a responsabilidade do Estado de, “em parceria com a sociedade civil, estimular o associativismo e os valores a ele associados”.

Os deputados quiseram, assim, discutir “melhorias à lei do associativismo jovem” por considerarem que o associativismo estudantil e juvenil são “escolas de cidadania, de participação e de democracia”. Segundo Margarida Balseiro Lopes, “é neste tipo de organizações que frequentemente se desenvolve o gosto pelo serviço à comunidade, pela partilha de ideais e que as pessoas se consciencializam da capacidade que têm de, pelas suas ideias e iniciativa, mudarem a sua escola, freguesia, concelho ou país”.

Isenção de taxas e emolumentos para as associações

O PSD acredita “na cogestão dos processos políticos que dizem respeito aos jovens, mas também nas associações de estudantes e juvenis como organizações de especial relevância na discussão dos territórios sobre os quais desenvolvem a sua atividade”. É neste sentido que o PSD apresenta propostas que “melhoram o modelo de participação associativa e criam melhores condições para o reconhecimento pela sociedade destas organizações”. Destaque, então, para: “isenção de diversas taxas e emolumentos; possibilidade de consignação de 0,5% do IRS; garantia de um apoio mínimo por parte dos estabelecimentos de ensino às associações de estudantes”.

PSD desafia Governo a esclarecer dúvidas sobre a venda do Novo Banco

“É muito bonito andar a tentar mostrar as divergências quando se sabe antecipadamente que não se vai votar em sentido contrário”, acusa o PSD em relação à posição do BE e do PCP. Em declarações aos jornalistas, no final da reunião do grupo parlamentar do PSD, dia 6, Luís Montenegro desafiou o atual Executivo a esclarecer as dúvidas que persistem sobre o negócio do Novo Banco.

“O Governo e o primeiro-ministro devem responder às perguntas diretas que nós colocamos: quanto custa o perdão que é feito aos juros dos empréstimos concedidos aos bancos e de que forma é que as obrigações vão ser trocadas”, afirmou Luís Montenegro.

Luís Montenegro também questionou as declarações de António Costa, de que o Estado terá permanecido no Novo Banco, através do fundo de resolução. De que tipo de credibilidade é que estamos a falar, a credibilidade do parceiro [Lone Star]? Ou isto corresponde a uma exigência do próprio parceiro? E porquê? Para aportar mais garantias ao negócio?”, interrogou.

Sobre as recentes posições tomadas pela esquerda parlamentar, nomeadamente o Bloco de Esquerda (BE) e o Partido Comunista Português (PCP), o Líder da bancada parlamentar social-democrata criticou a atitude do BE e do PCP neste processo.

“PCP e BE sabem que não vão votar contra a decisão porque a decisão não é suscetível de uma decisão do parlamento. Os projetos de resolução são para distrair, são para brincar, são folclore político”, destacou referindo que “é um negócio do Governo que eles suportam. É muito bonito andar a tentar mostrar as divergências quando se sabe antecipadamente que não se vai votar em sentido contrário”.

“Ou eles perderam capacidade de poder influenciar a decisão do Governo e querem confessar isso publicamente ou querem fazer de conta que estão em desacordo”, acrescentou.

Sobre as divergências registadas na quarta-feira na Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa (Cofma), em que o pedido do PSD à UTAO começou por ser aprovado tendo depois a esquerda



pedido uma retificação e ‘chumbado’ o requerimento, Luís Montenegro disse que o seu grupo parlamentar “lamenta muito” a atitude da maioria.

“Há uma tentativa de se quererem confundir questões diferentes, a questão aqui é muito direta e muito

objetiva: quanto custa a circunstância de se ter prolongado o empréstimo por 30 anos, com uma taxa de juro que os bancos vão pagar que é mais baixa do que aquilo que o Estado paga por emprestar o dinheiro correspondente”, defendeu.

Governo agrava impostos aos agricultores



O vice-presidente do grupo parlamentar do PSD Nuno Serra criticou a submissão do Executivo à agenda da extrema-esquerda, como o “retrocesso na lei dos baldios imposto pelo PCP; a cedência à chantagem do PEV e do BE na plantação de eucaliptos; a imposição do PCP sobre a reavaliação de prédios rústicos com mais de 50 hectares cujo resultado será o aumento de impostos são exemplos desse preconceito retrógrado e ‘bafiento’”, denunciou.

Nuno Serra lembra que o agravamento fiscal ao rendimento dos produtores prejudica todo o setor agrícola e põe em causa os níveis de crescimento alcançados em matéria de exportações e de emprego. “O Governo aceita estas políticas que, longe do saber da ciência e da inovação, conferem sinais errados aos produtores e aos investidores, condicionando a rentabilidade da atividade agrícola e o crescimento da produção agrícola”, afirmou.

O mundo rural precisa de políticas públicas fortes sem dirigismos extremos, alheios ao mundo global. Portugal precisa de “agricultores investidores” que sejam maiores na produção agrícola sustentável, e na preservação da coesão territorial e social.

“Como é que com estas medidas se pode defender a produção nacional? Como é que limitando o crescimento do setor se pretende equilibrar a balança agroalimentar em valor, já em 2020?”, perguntou Nuno Serra.

De igual modo, o Governo está sobretudo preocupado em perseguir politicamente os dirigentes do Ministério da Agricultura. “Enquanto no passado se reconhecia o mérito dos dirigentes do ministério, hoje descartam-se, exoneram-se e demitem-se dirigentes com justificações despidoradas, e contraditórias”, referiu o deputado.

A agricultura não precisa de políticas preconceituosas sem futuro, nem horizonte. Precisa, sim, de uma dinâmica semelhante à registada a partir de 2011, com o governo de Pedro Passos Coelho, em termos de investimento privado e de crescimento das exportações agroalimentares, que está em risco por causa das políticas desconexas do atual Governo.



Parlamento Europeu aprova Fundo de Solidariedade para a Madeira

O Parlamento Europeu aprovou, no dia 5 de abril, em sessão plenária, o relatório do eurodeputado do PSD, José Manuel Fernandes, que ativa o Fundo de Solidariedade da União Europeia para apoio às populações da Madeira, do Chipre e do Reino Unido.

A verba aprovada, de 3,925 milhões euros, irá fazer face aos prejuízos avaliados em milhões de euros causados pelos fogos na Madeira, em agosto de 2016, que provocaram uma área ardida de cerca de 6.000 hectares, e destruíram infraestruturas públicas, habitações privadas, negócios e afetaram a agricultura.

Simultaneamente foi também aprovado o apoio ao Chipre, pela grande seca sofrida no verão de 2016, e ao Reino Unido, pelas graves cheias de Dezembro de 2015 e Janeiro de 2016.

Com 681 votos a favor, 11 votos contra e 31 abstenções, o Parlamento Europeu, confirma a solidariedade da União Europeia através do seu orçamento, que aprovou a mobilização do fundo de solidariedade a favor do Reino Unido, apesar de o país já ter ativado o artigo 50, na sequência do referendo para a saída da União Europeia, em junho do ano passado.

POVO LIVRE

Directora: **Maria Eduarda Azevedo** Director-Adjunto: **João Cordeiro Pereira**

Internet: www.psd.pt - E-Mail: psd@mail.telepac.pt

Visto

DROGA: A prioridade inadiável

Todos sabemos que a droga é um flagelo universal, não é só um problema nacional.

Todos sabemos que a droga é um drama de solução difícil e demorada, não é um problema de resposta fácil e imediata.

Todos sabemos que a droga é uma doença, crónica e muitas vezes fatal, com componentes física, psíquica e social complexas, e ainda uma doença provocada ou alimentada por uma máquina económica multinacional imparável, não é uma qualquer doença passageira de tratamento simples, até porque conta com o empenho de tudo e todos, incluindo os mecanismos económicos de mercado.

Mas, é precisamente porque o desafio é difícil que a prioridade é inadiável, a mobilização imperiosa, a aposta imprescindível.

O PSD, coerente com a sua responsabilidade de grande partido de Governo de Portugal, de momento liderando a Oposição, tomou a iniciativa de avançar, publicamente, com as suas propostas para um verdadeiro combate contra a toxicod dependência.

Nessas propostas, aliás transcritas nesta edição do "Povo Livre", avultam:

1º A ideia de que se trata de prioridade nacional, pela gravidade da situação a enfrentar, e nacional pela necessidade de congregação de esforços; não pode ser bandeira de campanhas partidárias;

2º A noção de que, para uma prioridade inadiável, todo o tempo é pouco e todo o dinheiro é escasso; importa agir depressa e bem e reforçar verbas para essa acção;

3º A aceitação de que se trata de uma questão que não é do Estado, mas de toda a sociedade, que por ela tem de ser assumida, sem medos, vergonhas ou complexos;

4º A urgência da prevenção primária, nas escolas, desde os 7 anos, com ligação às famílias e formação dos próprios professores; na comunicação social; nos grupos de risco;

5º A necessidade imperiosa de garantir condições de tratamento aos toxicod dependentes, sem a barreira de custos ou de exigências financeiras incomportáveis - criando consultas especializadas no Serviço Nacional de Saúde em todo o País, não criando a ilusão de que, como regra, a desintoxicação física de curto prazo é suficiente, apoiando os programas e as comunidades terapêuticas das Instituições Públicas de Solidariedade Social e privadas e controlando a sua qualidade;

6º A aposta na reinserção social e reintegração profissional dos toxicod dependentes criando incentivos fiscais a protocolos entre empresas e programas e comunidades terapêuticas;

7º A recusa firme e inequívoca de qualquer proposta de liberalização das drogas;

8º O reforço da fiscalização e da repressão do tráfico e dos traficantes, criando Brigadas de Destacamento contra a Droga na Brigada Fiscal da GNR, integrando a Polícia Marítima nesta, apertando a malha em relação ao branqueamento e aos branqueadores do dinheiro da droga.

O PSD - como lhe compete - cumpriu a sua missão. Avançou com as suas propostas. Eu próprio, correndo o País, em contacto com as comunidades terapêuticas, toxicod dependentes e ex-toxicod dependentes, testemunhei que esta é a hora de agir sem mais rodeios, nem atrasos.

Mãos à obra, que o tempo urge. Cada dia parado é um dia mais de sofrimento, de dor, de morte para portugueses como nós.

Marcelo Rebelo de Sousa

Combate à droga

PSD apresenta propostas

- Não à legalização
- Prevenção desde os 7 anos
- Consulta de toxicod dependência em todos os hospitais
- Apoio do Estado a comunidades de tratamento acessíveis a todos
- Controlo da qualidade do tratamento
- Incentivos fiscais ao emprego de ex-toxicod dependentes
- Reforço da fiscalização e repressão do tráfico

página 7

Grupo Parlamentar do PSD em Coimbra

“Governo em exame” revela: estradas prometidas estão por fazer

página 6

Demissão do CEMGFA

Governo novamente responsável por falta de autoridade do Estado

página 6

Marcelo categórico

Entrada na Moeda Única é objectivo nacional

página 6

Edição n.º 1142 do "Povo Livre", de 11 de março de 1998. Manchete: "Combate à droga: PSD apresenta propostas". Maria Eduarda Azevedo era a diretora do "Povo Livre".

CONVOCATÓRIAS DO PSD

Recepção
Terça-feira até 12h00
Para: Fax: 21 3973168
email: convocatorias@psd.pt



BRAGA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD convoca-se a Assembleia Distrital, de Braga, para reunir no próximo dia 21 de Abril de 2017, (sexta-feira), pelas 21h00 na Casa do Povo de Vizela, sita na Avenida dos Bombeiros Voluntário, 381 - Vizela, com a seguinte:

Ordem de trabalhos

- 1 - Apreciação e votação do relatório e contas de 2016
- 2 - Plano e Orçamento para o ano de 2017
- 3 - Análise da situação política

COIMBRA / DISTRITAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital de Coimbra, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Abril de 2017 (sábado) pelas 15h00, no Auditório do iParque, sito no Business Center Leonardo Da Vinci, Parque Tecnológico de Coimbra – Antanhol - Coimbra, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Novo Aeroporto nacional – posição comum da Assembleia Distrital do PSD de Coimbra
- 2 – Tomada de conhecimento sobre renúncia do deputado Manuel Rodrigues
- 3 – Autárquicas 2017
- 4 – Análise da situação política e proposta do PSD Coimbra
- 5 – Aprovação das contas 2016

ESTREMOZ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Estremoz, para reunir, no próximo dia 23 de Abril de 2017 (domingo) pelas 16h00, na sede sita no Largo Dragões de Olivença, 89, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Dar parecer sobre as candidaturas aos órgãos autárquicos locais, nos termos do artigo 53º da alínea f) dos Estatutos do PSD

LOUSÃ

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Lousã, para reunir, no próximo dia 23 de Abril de 2017 (domingo) pelas 21h00, no Auditório da Biblioteca Municipal da Lousã, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Análise da situação financeira
- 3 – Autárquicas 2017 – Apreciação da proposta da CPS

OEIRAS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Oeiras, para reunir, no próximo dia 19 de Abril de 2017 (quarta-feira) pelas 21h00, no Salão Paroquial do Centro Cívico de Carnaxide, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Apresentação, discussão e votação do relatório de actividades e contas de 2016
- 2 – Eleições Autárquicas 2017

SOURE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Soure, para reunir, no próximo dia 21 de Abril de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na Rua Morais Pinto nº 6 – 2º andar, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política
- 2 – Autárquicas 2017 – apreciação da proposta da CPS

VIANA DO CASTELO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Viana do Castelo, para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 28 de Abril de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua Coronel Afonso do Paço, 46, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Análise da situação política nacional e local

VILA REAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Vila Real, para reunir, em sessão extraordinária, no próximo dia 21 de Abril de 2017 (sexta-feira) pelas 21h00, na sede, sita na Rua da Boavista, nº 11, com a seguinte.

Ordem de Trabalhos:

- 1 – Informações e análise da situação política nacional e autárquica
- 2 – Eleições Autárquicas – 2017
- 3 – Outros assuntos



ÉVORA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e demais Regulamentos da JSD, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD de Évora para reunir no dia 13 de Maio de 2017 (sábado), pelas 15h, na Sede do PSD Distrital de Évora, sita na Rua Cândido dos Reis, nº 48, em Évora, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Único: Eleição da Mesa do Plenário Concelhio da JSD Évora.

Notas:

As listas concorrentes deverão ser entregues na Sede do PSD Distrital de Évora, que para o efeito se encontrará aberta, à Presidente da Mesa do Plenário Concelhio ou a quem a possa estatutariamente substituir, até às 23h59m do 3.º dia anterior ao acto eleitoral.

As urnas estarão abertas entre as 15h e as 17h.

VILA VERDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD - Juventude Social Democrata, convoca-se o plenário concelhio da JSD de Vila Verde, para reunir no dia 12 de maio de 2017 (sexta-feira), pelas 20h30, na sede da Junta de Oriz S. Miguel, sita no Largo Avelino Meireles da Silva – Oriz S. Miguel, com a seguinte ordem de trabalhos:

1- Informações;

2- Aprovar os candidatos da JSD à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, do respetivo Concelho, a serem incluídos nas listas do PSD, de acordo com a alínea c) do artigo 69º dos estatutos nacionais da JSD;

3- Análise da Situação Política Local e Nacional;

4- Outros Assuntos.